

Promotora manda fechar Museu de Arte de Brasília

Flávia Lima

O Museu de Arte de Brasília (MAB) está de portas fechadas. Todo o acervo de obras deverá ser retirado do espaço ainda esta semana. A ordem partiu da 1ª Promotora de Justiça de Defesa do Meio-Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal. De acordo com a promotora Liliane Guimarães Cardoso, infiltrações, goteiras, mofo, fungos e problemas na parte elétrica do museu comprometem as obras de arte.

O problema não é de hoje. Desde 2001, o Ministério Público tem alertado para as péssimas condições do museu e os riscos que elas oferecem para as obras de arte. Mas até hoje nada foi feito. O MAB, criado em 1985, reúne esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e instalações, obras significativas da produção das artes visuais moderna e contemporânea.

Para o diretor do museu, Glênio Lima, o MAB é a herança do esquecimento e do abandono. A ordem judicial de retirar o acervo e fechar as portas não foi surpresa.

— Sabíamos que a qualquer momento isso poderia acontecer. Não temos nem argumentos para tentar impedir. O Ministério Público deve proteger o patrimônio

cultural da cidade — afirmou o diretor. — Agora esperamos que a situação se resolva e que o governo reforme o museu — completou.

Para Glênio Lima, a importância do MAB começa pela arquitetura do prédio, que foi projetado em 1960 por arquitetos da Nova-cape. A construção nasceu para abrigar um restaurante do Brasília Palace Hotel e em seguida abrigou o Clube das Forças Armadas e, mais tarde, o Casarão do Samba.

— O prédio já passou por tudo na vida, é lindo e tem a cara da arquitetura de Brasília. Mas com o tempo foi sendo abandonado e agora precisamos reconstruir a sua história — disse.

O abandono do MAB por parte do governo do Distrito Federal nos últimos anos é lembrado também pelo chefe da Unidade de Administração Geral (UAG) da Secretaria de Cultura, Paulo Cezar Caldas. Para ele, o problema chegou ao fechamento das portas porque nenhum governo até hoje tomou qualquer medida para sanar as deficiências do espaço.

— Se o que existe dentro de um prédio são obras de arte, infiltrações e goteiras são inadmissíveis — afirmou. — O Corpo de Bombeiros e o Ministério Público vêm alertando o governo desde 2001.



Criado em 1985, hoje, o Museu de Arte de Brasília é a herança do esquecimento e do abandono

Há seis anos, o Ministério Público alerta o governo do DF para os problemas do MAB

todos conheciam a situação.

Desde então, o MAB ficou relegado a segundo plano, sem nenhuma iniciativa de revitalização. Agora, com ordem judicial para fechamento, a prioridade é cumprir as exigências do Ministério Público, que são reformas para acabar com as infiltrações, goteiras, mofo e parte elétrica. O prazo para que os problemas sejam resolvidos é de 30 dias.

— Do jeito que está, não dá. Vai acabar causando danos às obras — garantiu Cezar Caldas.

A reforma não tem data prevista para começar. Nem garantias de que será realizada. Segundo o chefe da UAG, as obras no MAB foram citadas pelo governador José Roberto Arruda na lista de

obras de caráter prioritário do governo. O orçamento previsto é de cerca de R\$ 1,3 milhão.

Enquanto o governo não libera os recursos para a reforma, o secretário de Cultura, Silvestre Gorgulho, foi nomeado, pelo Ministério Público, fiel depositário das obras que compõem o acervo. Caso a ordem de fechamento do museu não seja cumprida, a multa será de R\$ 5 mil, por dia. Segundo Caldas, quem teria de pagar a multa seria o secretário.

O acervo ainda não tem destino certo. Mas deverá ser enviado para diferentes pontos do Distrito Federal. Um deles é o Espaço Cultural Renato Russo, na 508 Sul. Outro, a galeria Athos Bulcão, no Teatro Nacional. Para o diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha), da Secretaria de Cultura, José Carlos Coutinho, distribuir o acervo em vários pontos culturais da cidade é uma forma de dar visibilidade ao MAB.

O museu está sob responsabilidade da Depha. Para Coutinho, que tomou posse na direção da di-

retoria semana passada, a determinação do Ministério Público é justa e deve ser cumprida. A ideia de remover o acervo e levá-lo a diversas galerias de Brasília já era uma opção para o período em que o museu passasse por reformas.

— A reforma é inevitável e terá de ser feita em caráter de urgência, devido à decisão da justiça. Mas para isso precisamos da liberação de recursos financeiros — afirmou Coutinho. — Chegou a hora de encarar a cultura de maneira séria.

A preocupação com espaços culturais mal conservados vai além da reforma do MAB. De acordo com Coutinho, é preciso que haja investimento no sentido de dar condições de uso a museus, teatros e galerias. Um primeiro passo é a realização de um curso de segurança de museus, a partir do dia 25, aberto a instituições de todo o país.

O Museu de Arte de Brasília (MAB) fica no Setor de Hotéis e Turismo Norte, entre a Concha Acústica e o Palácio da Alvorada.